

FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PESQUISAS CONTÁBEIS,
ATUARIAIS E FINANCEIRAS - FIPECAFI

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2020

FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PESQUISAS CONTÁBEIS, ATUARIAIS E FINANCEIRAS -
FIPECAFI

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2020

Conteúdo

Relatório da Administração

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Balanço patrimonial

Demonstração do resultado

Demonstração do resultado abrangente

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Demonstração dos fluxos de caixa

Demonstração do valor adicionado

Notas explicativas às demonstrações contábeis

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Considerações iniciais

O ano de 2020 foi marcado por uma tríplice crise: pandêmica, política e econômica. Dentre os inúmeros desafios impostos por esta crise, os que mais demandaram energia da Administração da Fipecafi foram: (i) capacidade de adaptar-se muito rapidamente; (ii) cuidar para manutenção e motivação do time de colaboradores; e (iii) gerir o caixa de uma forma ainda mais firme para garantir a continuidade das atividades sem riscos.

Chegamos ao final do ano de 2020 com a certeza de que os desafios internos foram vencidos ou equacionados, e gostaríamos que os três componentes da crise também estivessem resolvidos ou, ao menos, amenizados. Sabemos, contudo, que ainda estamos longe disso.

Principais ações

Para vencer os desafios, a Administração da Fipecafi, juntamente com todos os seus colaboradores e colaboradoras, e ancorada em seus quatro valores (justiça, integridade, profissionalismo e meritocracia), adotou uma série de medidas, dentre as quais destacamos:

- a) tão logo foi reconhecida a caracterização da COVID-19 como pandemia pela OMS (Organização Mundial de Saúde), colocamos todos os nossos colaboradores e colaboradoras em trabalho remoto e assim permanecemos até o presente momento;
- b) criação de um Comitê de Gestão de Gastos para acompanhar diariamente a situação da crise e seus efeitos sobre a Fipecafi;
- c) desenvolvimento de um plano de contingência que permitiu o acolhimento de alunos e professores dos cursos presenciais na plataforma de ensino a distância da instituição. Com esta medida, todos nossos cursos presenciais passaram a ser realizados de forma integralmente on-line, com 100% das aulas ao vivo;
- d) desenvolvimento de nova modalidade de cursos, denominada MOBI, que entrou em vigor no segundo semestre de 2020. Nesta modalidade, os alunos fazem o curso de forma remota, do início ao fim, com 100% das aulas ao vivo;
- e) manutenção de todos colaboradores ou colaboradoras, sem um único desligamento em razão da crise e sem a necessidade de adesão aos programas do governo para a manutenção do emprego e da renda;
- f) criação do núcleo Social Business Fipecafi com a oferta do primeiro curso com 100% de bolsa para todos os alunos, voltado a profissionais afetados pela crise, que estavam fora do mercado de trabalho e precisavam de reciclagem para recolocação (Curso de Extensão em Gestão Contábil e Financeira). Além do curso ser integralmente subsidiado pela Faculdade Fipecafi, grande parte dos docentes do curso colaborou com a doação de sua remuneração pelas aulas ministradas a uma instituição de caridade sugerida pela Fipecafi. O curso foi muito bem recebido pelo mercado e teve 487 inscritos de todas as regiões do Brasil no lançamento da sua primeira turma;

- g) relançamento da revista da Fipecafi, agora denominada Revista Fipecafi de Contabilidade, Controladoria e Finanças; e
- h) lançamento de dois novos cursos de pós-graduação em 2020, com processo seletivo para 2021, garantindo constante inovação e crescimento de portfólio.

Desempenho econômico

Apesar da pandemia, conseguimos matricular nos cursos de longa duração (graduação, mestrado profissional e pós-graduação), praticamente o mesmo número de alunos do ano de 2019 (1.362 em 2020 e 1.372 em 2019). Na área de projetos e pesquisas contratados foram desenvolvidas ações para que não houvesse redução no volume de atividades desenvolvidas.

A receita operacional líquida teve uma queda de 7,8% em relação a 2019, enquanto os custos dos serviços prestados reduziram apenas 2,8%. De outra forma, as despesas gerais e administrativas diminuíram 6,9% em relação a 2019.

Dois foram os principais impactos na redução da receita da Fipecafi em 2020: o primeiro foi a impossibilidade da oferta de cursos executivos de curta duração (EDUX) na modalidade presencial; o segundo foi a redução de 43,1% nas receitas de aluguéis de 2020, em relação a 2019, impactadas, principalmente, pela perda de mais de 70% das receitas com aluguel das salas ociosas do prédio da Faculdade Fipecafi, que não puderam ser ocupadas por quase todo o ano de 2020.

Importante destacar que, mesmo com o impacto da pandemia por conta do Covid-19, o efeito financeiro com perdas nas mensalidades dos cursos regulares foi menor que o esperado, principalmente se comparado com o impacto substancialmente maior no segmento educacional no Brasil.

Em contrapartida, as ações adotadas pela Administração permitiram a redução de gastos significativos, principalmente por conta de intensas negociações e pela redução das atividades presenciais.

Apesar da redução no superávit antes das operações não recorrentes (52,5%), provocado pela queda nas receitas em valores superiores à redução nos custos e despesas, este superávit, no montante de R\$ 2.462.568, representou 7,8% da receita operacional líquida, resultado considerado bastante satisfatório pela Administração, haja vista que o ano de 2020 foi totalmente atípico e desafiador.

Desempenho financeiro

A Fipecafi conseguiu reverter o resultado financeiro líquido que era negativo até o ano anterior (R\$ 76.169 em 2019), em função da redução nas despesas com juros sobre financiamentos (o resultado em 2020 foi positivo no montante de R\$ 43.460).

Nesta mesma linha, cabe destacar que as aplicações financeiras cresceram 56,4% de 2019 para 2020, uma vez que, além de equilibrar o caixa operacional foi possível aplicar os recursos que até então vinham sendo utilizados para pagar financiamentos e valores contingenciados no passado.

A Fundação terminou o ano de 2020 sem dívidas onerosas, sendo que a conta de serviços prestados a pagar teve uma redução de 50,1% no período, tendo em vista que foram liquidados os valores contingenciados em anos anteriores junto a alguns parceiros.

Apoio ao EAC

Destacamos o intenso trabalho de apoio institucional, operacional e financeiro dado ao Departamento de Contabilidade e Atuária (EAC) da FEA-USP, por meio de ações como suporte tecnológico, provimento de equipe, bolsas de incentivo à pesquisa para docentes, bem como de integração entre docentes e funcionários do EAC e da Fipecafi.

Pontos de atenção

A Diretoria vem atuando fortemente na administração das perdas de crédito esperadas, em função das dificuldades financeiras que a pandemia vem causando aos alunos. As perdas cresceram 42% em relação ao ano de 2019, com impacto maior nos valores a receber vencidos há mais de 150 dias (133,2%). Estão sendo revisadas as estratégias de atuação junto aos alunos que se encontram com pendências, bem como aprimorados os critérios para garantir que os recebimentos sejam feitos dentro da data de vencimento.

O resultado do período foi praticamente nulo (déficit de R\$ 50.368) em razão da necessidade de constituição de provisões para riscos derivados de demandas judiciais. O resultado operacional, antes de se computar o impacto destas provisões, foi positivo no valor um pouco acima de R\$ 2,4 milhões, como evidenciado antes.

Expectativas para 2021

A administração da Fundação continua empenhando esforços no sentido de melhorar a maneira de se fazer as coisas, elevando o nível de qualidade para garantir a satisfação do alunado, dos parceiros e dos colaboradores - professores, funcionários, pesquisadores etc. O objetivo é sempre obter a eficácia com eficiência, e garantir a efetividade dos processos e atividades correntes da Fundação.

Para possibilitar o crescimento dos colaboradores dentro da instituição, está sendo desenvolvido um programa de gestão por competências baseado em três pilares: avaliação, capacitação e desenvolvimento.

Tendo em vista a pandemia que perdura, várias ações e medidas foram tomadas no sentido de garantir a saúde e bem-estar de todos os envolvidos em atividades junto à Fipecafi. No final do ano de 2020, foi contratada consultoria do Hospital Oswaldo Cruz, que junto a uma equipe de trabalho instituída pela Fipecafi, está auxiliando no plano de retomada de atividades presenciais. A Diretoria vê tais medidas como parte da sua contribuição social e de sua visão de valorização dos seus colaboradores e parceiros.

Por fim, a Diretoria Executiva da FIPECAFI reitera sua constante busca pelo crescimento da instituição e atua fortemente na execução das ações a seguir, com o objetivo de garantir sua continuidade:

- a) Concentração de esforços para mitigar os dois aspectos que requerem atenção da Fundação: gestão do fluxo de caixa e eliminação de custos e despesas desnecessárias.
- b) Ações para postura administrativa ágil, com cobrança de responsabilidades bem definidas.
- c) Continuação da implementação de uma filosofia de busca por resultados.
- d) Perseguição dos oito objetivos estratégicos estabelecidos.
- e) Garantir a receita e principalmente as margens; e continuar a busca por redução e/ou contenção de custos e despesas.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ao
Conselho Curador e Diretoria Executiva da
Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras - FIPECAFI
São Paulo - SP

Opinião sobre as demonstrações contábeis

Examinamos as demonstrações contábeis da Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras - FIPECAFI ("Fundação"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras - FIPECAFI, em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades sem fins lucrativos.

Base para opinião sobre as demonstrações contábeis

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação a Fundação, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

As demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Fundação, e apresentadas como informação suplementar, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Fundação. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A Administração da Fundação é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração da Fundação é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades sem fins lucrativos e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Fundação continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis a não ser que a Administração pretenda liquidar a Fundação ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Fundação são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras de auditoria, sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Fundação;

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possa gerar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Fundação. Se concluirmos que existe incerteza relevante devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Fundação a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 19 de abril de 2021.

FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PESQUISAS CONTÁBEIS, ATUARIAIS E FINANCEIRAS - FIPECAFI

Balço patrimonial

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em Reais)

Ativo				Passivo e patrimônio líquido			
	Nota explicativa	2020	2019		Nota explicativa	2020	2019
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4.1	4.549.198	2.912.328	Fornecedores	4.3	438.690	664.519
Contas a receber	4.2	2.440.099	3.815.095	Salários e encargos	4.4	719.339	685.937
Adiantamentos diversos		296.857	269.211	Férias a pagar	4.4	1.059.003	1.006.531
Outros créditos		101.499	760	Tributos a recolher	4.5	206.566	209.743
Estoques		114.645	110.590	Contas a pagar	5.2	125.775	120.642
		7.502.298	7.107.984	Serviços prestados a pagar	4.6	1.856.186	3.429.710
				Adiantamentos de clientes	4.7	639.359	310.113
				Provisão para demandas judiciais	5.3	630.231	-
						5.675.149	6.427.195
Não circulante				Não circulante			
Investimentos		40.856	40.856	Serviços prestados a pagar	4.6	-	292.799
Depósitos judiciais	5.1	49.296.149	47.582.085	Provisão para demandas judiciais	5.3	34.614.165	31.702.834
Propriedades para investimentos	3.1	11.620.000	11.500.000			34.614.165	31.995.633
Imobilizado	3.2	17.883.033	18.301.409				
Intangível	3.3	40.942	34.826				
		78.880.980	77.459.176				
				Patrimônio líquido	6.3		
				Patrimônio social		32.000.000	32.000.000
				Ajuste de avaliação patrimonial		2.231.092	2.310.774
				Superávit acumulado		11.862.872	11.833.558
						46.093.964	46.144.332
Total do ativo		86.383.278	84.567.160	Total do passivo e patrimônio líquido		86.383.278	84.567.160

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PESQUISAS CONTÁBEIS, ATUARIAIS E FINANCEIRAS - FIPECAFI

Demonstração do resultado Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em Reais)

	Nota explicativa	2020	2019
Receita operacional líquida	2.1	31.745.171	34.418.946
Custos dos serviços prestados	2.2	(23.110.329)	(23.785.122)
Receitas/(despesas) operacionais		8.634.842	10.633.824
Despesas gerais e administrativas	2.3	(7.716.486)	(8.291.864)
Receitas de aluguéis	2.4	1.235.297	2.169.092
Ganho na variação de propriedades para investimento	3.1	120.000	470.000
Outras receitas/(despesas) operacionais		188.915	205.944
		(6.172.274)	(5.446.828)
Superávit antes das operações não recorrentes		2.462.568	5.186.996
Despesa com provisões para riscos tributários/fiscais/trabalhistas	5.3	(2.556.396)	(232.752)
		(2.556.396)	(232.752)
Déficit/Superávit antes do resultado financeiro		(93.828)	4.954.244
Receitas financeiras	2.5	67.104	76.041
Despesas financeiras	2.5	(23.644)	(152.210)
Resultado financeiro líquido		43.460	(76.169)
Déficit/Superávit do exercício		(50.368)	4.878.075

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PESQUISAS CONTÁBEIS, ATUARIAIS E FINANCEIRAS - FIPECAFI

Demonstração do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em Reais)

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Déficit/Superávit do exercício	(50.368)	4.878.075
Outros componentes do resultado abrangente	(79.682)	(79.682)
Total do resultado abrangente do exercício	<u><u>(130.050)</u></u>	<u><u>4.798.393</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PESQUISAS CONTÁBEIS, ATUARIAIS E FINANCEIRAS - FIPECAFI

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

(Em Reais)

	Nota explicativa	Patrimonio social	Ajuste de avaliação patrimonial	Superávits acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2018		32.000.000	2.390.456	6.875.801	41.266.257
Ajuste de avaliação patrimonial	6.3	-	(79.682)	79.682	-
Superávit do exercício		-	-	4.878.075	4.878.075
Saldos em 31 de dezembro de 2019		32.000.000	2.310.774	11.833.558	46.144.332
Ajuste de avaliação patrimonial	6.3	-	(79.682)	79.682	-
Déficit do exercício		-	-	(50.368)	(50.368)
Saldos em 31 de dezembro de 2020		32.000.000	2.231.092	11.862.872	46.093.964

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PESQUISAS CONTÁBEIS, ATUARIAIS E FINANCEIRAS - FIECAFI

Demonstração dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em Reais)

	Nota explicativa	2020	2019
Déficit/Superávit do exercício		(50.368)	4.878.075
Itens que não afetam o caixa operacional			
Depreciação e amortização	3.2 e 3.3	498.086	522.002
Baixa de item do imobilizado	3.2	26.840	2.068
Provisões para demandas judiciais (tributários/fiscais/trabalhistas)	5.3	2.556.396	232.752
Perdas de crédito esperadas	4.2	761.386	767.729
Ganho na variação de propriedades para investimento	3.1	(120.000)	(470.000)
Superávit do exercício ajustado		3.672.340	5.932.626
Aumento/(Diminuição) das contas de ativo e passivo			
Contas a receber		613.610	(760.006)
Adiantamentos diversos		(27.646)	(97.119)
Depósitos judiciais		(1.714.064)	(2.340.478)
Fornecedores		(225.829)	(488.547)
Salários e encargos		33.402	95.266
Férias a pagar		52.472	193.732
Serviços prestados a pagar		(1.866.323)	(1.760.126)
Adiantamentos de clientes		329.246	98.782
Provisão para demandas judiciais		985.166	1.145.944
Outros		(102.838)	71.054
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais		1.749.536	2.091.128
Fluxo de caixa das atividades de investimentos			
Venda de propriedade de investimento		-	4.700.000
Adições do ativo imobilizado	3.2	(21.118)	(555.890)
Adições do ativo intangível	3.3	(91.548)	(74.977)
Caixa líquido gerado/consumido nas atividades de investimentos		(112.666)	4.069.133
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos			
Pagamentos dos financiamentos imobiliários		-	(3.795.597)
Pagamentos dos financiamentos de curto e longo prazo		-	(625.000)
Caixa líquido consumido nas atividades de financiamentos		-	(4.420.597)
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa		1.636.870	1.739.664
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		2.912.328	1.172.664
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		4.549.198	2.912.328
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa		1.636.870	1.739.664

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PESQUISAS CONTÁBEIS, ATUARIAIS E FINANCEIRAS - FIPECAFI

Demonstração do valor adicionado Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em Reais)

	2020	2019
Receitas		
Receitas de serviços	31.745.171	34.418.946
Ganho na variação de propriedades para investimentos	120.000	470.000
Baixa de item do imobilizado	(26.840)	-
Perdas de crédito esperadas - reversão/ (constituição)	(761.386)	(767.729)
Receitas/despesas diversas	188.915	205.944
	31.265.860	34.327.161
Insumos adquiridos de terceiros		
Despesas dos serviços prestados	(12.963.012)	(13.229.768)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(3.524.548)	(5.508.002)
	(16.487.560)	(18.737.770)
Valor adicionado bruto	14.778.300	15.589.391
Depreciação e amortização	(498.086)	(522.002)
Valor adicionado líquido gerado pela Fundação	14.280.214	15.067.389
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	67.104	76.041
Receitas de aluguéis	1.235.297	2.169.092
	1.302.401	2.245.133
Valor adicionado total a distribuir	15.582.615	17.312.522
Empregados		
Remuneração direta	10.935.765	7.978.107
Benefícios	1.722.576	1.563.382
FGTS	773.763	703.845
	13.432.104	10.245.334
Tributos		
Impostos, taxas e contribuições	2.177.235	2.036.903
Remuneração de capitais de terceiros		
Juros	23.644	152.210
Remuneração de capitais próprios		
Déficit/Superávit do exercício	(50.368)	4.878.075
Distribuição do valor adicionado	15.582.615	17.312.522

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

1. Apresentação

1.1. Contexto operacional

A Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras - FIPECAFI ("FIPECAFI" ou "Fundação") é uma instituição sem fins lucrativos, criada em 1º de agosto de 1974 por professores da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade (FEA) da Universidade de São Paulo (USP) e funciona na qualidade de órgão de apoio institucional ao Departamento de Contabilidade e Atuária (EAC) da FEA/USP, tendo por objetivos fundamentais:

- a) Colaborar, através dos meios adequados, com instituições públicas e privadas, em programas de Ciências Contábeis, Atuariais e Financeiras visando o desenvolvimento econômico-social a serem estabelecidos com a Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo - FEA/USP, demais unidades da Universidade de São Paulo ou outras entidades de ensino e pesquisa;
- b) Manter a Instituição de Ensino Superior "Faculdade Fipecafi", oferecendo cursos e demais programas de educação superior;
- c) Promover cursos, simpósios, seminários, conferências e estudos nas áreas de Contabilidade, Finanças, Atuária, Controladoria, Governança Corporativa, Controle e Gestão de Negócios, Controle e Gestão de Riscos, Auditoria, Tecnologia da Informação, Controle e Gestão de Cadeia de Suprimentos, Logística Empresarial, Previdência, Parcerias Público-Privadas, dentre outras, e que contribuam para o desenvolvimento do ensino, da pesquisa e da extensão, bem como para a melhoria dos técnicos que trabalham nos diversos setores da comunidade;
- d) Pesquisar e desenvolver projetos e aplicações, com foco em inovação, na interseção entre tecnologia e as áreas mencionadas;
- e) Colaborar na organização e implementação dos cursos de pós-graduação em Contabilidade, Finanças e Atuária da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo - FEA/USP, demais unidades da Universidade de São Paulo e de outras Universidades que requisitarem os seus serviços;
- f) Promover a divulgação de conhecimentos das áreas mencionadas por meio de publicações técnicas, tais como livros, revistas, periódicos, monografias e outras formas que se fizerem adequadas;
- g) Implementar sistemas de bolsas no sentido de apoiar a formação de estudantes e professores de alto valor, colaborando assim na preparação de recursos humanos de alto nível para as áreas de Contabilidade, Finanças, Atuária e correlatas; e

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

- h) Realizar pesquisas e prestar serviços de forma a atender às necessidades dos setores público e privado, tudo dentro de cânones acadêmicos que permitam, simultaneamente, o atendimento do objetivo citado e o treinamento de pessoal especializado.

Os resultados das atividades desenvolvidas pela FIPECAFI são estendidos à comunidade por meio da publicação de livros e artigos, oferecimento de cursos de graduação, pós-graduação e mestrado profissional, cursos de curta e de longa duração, e apresentação de palestras, seminários, simpósios e conferências.

A FIPECAFI disponibiliza uma grade de cursos de pós-graduação lato sensu para o universo da Contabilidade, Auditoria, Controladoria, Logística, Atuária, Tributos e Finanças. Reconhecidos pelo Ministério da Educação (MEC), os "MBAs" distinguem-se pela abordagem de temas específicos, dentro das áreas de negócios, alguns de caráter único. São ministrados por professores mestres e doutores, em sua grande maioria formados na FEA/USP, e executivos renomados em suas áreas de atuação.

No ano de 2020 a FIPECAFI lançou uma nova modalidade de cursos denominada "MOBI". As aulas dessa modalidade são ofertadas integralmente on-line, permitindo total mobilidade aos nossos alunos, contando com um programa moderno, aplicado por meio do Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) de nossa instituição, com todas as aulas do programa acontecendo ao vivo e disponível para todo o Brasil.

No que diz respeito ao stricto sensu, a FIPECAFI oferece o curso de mestrado profissional em Controladoria e Finanças (presencial) e os cursos de graduação em Ciências Contábeis, Administração e Tecnólogo em Gestão Financeira (presenciais e a distância).

O Programa de Educação Executiva da FIPECAFI oferece cursos de curta duração para executivos, empreendedores, consultores, pesquisadores e estudantes de Contabilidade, Auditoria, Controladoria, Logística, Atuária, Tributos e Finanças, tanto na modalidade presencial como a distância. Esse programa distingue-se pela abordagem de temas específicos dentro das áreas de negócios, com vistas à tomada de decisão.

Os cursos de educação na área de negócios da FIPECAFI abordam temas relevantes em Contabilidade e Finanças no contexto atual. Eles levam inovação e praticidade às aulas, associando tecnologia a um atendimento educacional personalizado, dinamizando a relação de tempo e espaço sem perder o aspecto humano da aprendizagem.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Adicionalmente, a FIPECAFI desenvolve projetos de pesquisa contratados por entidades públicas, empresas privadas e organizações do terceiro setor, visando a emissão de pareceres técnicos, estudos e outras abordagens relacionadas à aplicação prática dos conhecimentos de ponta produzidos e desenvolvidos com a realização de pesquisas científicas.

1.2. Elaboração e apresentação das demonstrações contábeis

Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis foram aprovadas pela Diretoria Executiva em 16 de abril de 2021.

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades sem fins de lucro, com base nas disposições contidas nas Interpretações Técnicas Gerais - ITG 2002 (R1) - Entidades sem finalidades de lucros, aprovada pela Resolução CFC nº 2015/ITG2002(R1), de 2 de setembro de 2015, e em observância aos pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados por resoluções do Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração da FIPECAFI na sua gestão.

Uso de estimativas e julgamentos

Na elaboração das demonstrações contábeis, é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações, entre elas: (i) aquelas referentes à determinação das vidas úteis do ativo imobilizado e sua recuperabilidade nas operações; (ii) avaliações de ativos financeiros pelo seu valor justo e pelo método de ajuste a valor presente; (iii) análise de risco na determinação das perdas esperadas com créditos de difícil liquidação; e (iv) análise dos riscos na determinação das demais provisões necessárias para passivos contingentes e outras similares.

As estimativas e premissas são revistas de maneira contínua, sendo tais revisões reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

As informações sobre incertezas, premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material no próximo período contábil e julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis estão incluídas nas respectivas notas explicativas, a saber:

- Nota 4.2 - Contas a receber;
- Nota 3.1 - Propriedades para investimentos; e
- Nota 5.3 - Provisão para demandas judiciais e trabalhistas.

Base de elaboração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico e no valor justo, sendo apresentadas em Real, que é a moeda funcional da FIPECAFI, e os valores foram arredondados para a unidade mais próxima.

Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência.

Determinação do valor justo

Diversas políticas e divulgações contábeis da FIPECAFI exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para alguns não financeiros. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

1.3. Novas normas e práticas contábeis ainda não vigentes

Novas normas, alterações e interpretações a normas existentes que não são efetivas ainda e não foram adotadas antecipadamente pela Fundação, serão efetivas para os exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2021 e não terão impactos significativos nas demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Performance

2.1. Receita operacional líquida

O momento do reconhecimento da receita leva em conta o estágio de execução dos serviços, ou seja, o método da percentagem completada; portanto, a receita é reconhecida nos períodos contábeis em que os serviços são prestados. Para as receitas educacionais, leva-se em conta a quantidade de aulas efetivamente ministradas em cada período e para os projetos de pesquisas contratados, atribui-se o percentual de receita equivalente à tarefa concluída em conformidade com o contrato e respectiva aprovação do cliente.

As composições dessa receita, nos anos de 2020 e 2019, são apresentadas a seguir:

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Educacionais	21.189.514	22.938.793
Projetos e pesquisas	10.255.799	10.519.445
Outras atividades	299.858	960.708
	<u>31.745.171</u>	<u>34.418.946</u>

Em atendimento à Interpretação Técnica Geral - ITG 2002 (R1), a FIECAFI mantém política de concessão de bolsas sociais a seus alunos e subsídios a seus colaboradores, para realização de cursos na Faculdade Fiecafi. O percentual de subsídio aos colaboradores é de 80%; para as bolsas sociais os percentuais podem variar, porém a maioria dos alunos atendidos por este tipo de subsídio possui bolsa de 100%.

O valor da gratuidade concedida a alunos bolsistas e colaboradores no ano de 2020 foi de R\$ 425.628, referente a 23 bolsas, enquanto em 2019 o valor foi R\$ 460.060, referente a 29 bolsas.

2.2. Custos dos serviços prestados

São reconhecidos nos períodos contábeis em que os serviços são prestados, e são segregados nas seguintes atividades:

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Educacionais	15.299.412	15.412.915
Projetos e pesquisas	7.653.355	7.851.609
Outras atividades	157.562	520.598
	<u>23.110.329</u>	<u>23.785.122</u>

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

2.3. Despesas gerais e administrativas

Referem-se a gastos com pessoal, materiais de escritório, higiene e limpeza, copa e cozinha, serviços de terceiros para manutenção e limpeza do prédio, dentre outros.

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Despesas com pessoal	3.845.736	3.596.044
Despesas de serviços prestados	1.696.246	1.823.243
Despesas gerais	1.369.200	1.879.783
Despesas com depreciação e amortização	498.086	522.002
Despesas corporativas	235.552	259.506
Despesas com materiais	71.666	211.286
	<u>7.716.486</u>	<u>8.291.864</u>

2.4. Receitas de aluguéis

As receitas de aluguéis são provenientes de:

- a) Contratos de arrendamentos das propriedades para investimentos;
- b) Locação das salas de aula disponíveis quando há ociosidade nessas salas, sendo tal receita classificada na rubrica "Espaço Maestro".

As receitas de aluguéis são mensuradas pelo valor justo e reconhecidas no resultado pelo método linear no prazo do arrendamento ou locação, independente do prazo de recebimento dos valores formalizados em cada contrato.

As composições dessas receitas, nos anos de 2020 e 2019, são apresentadas a seguir:

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Aluguel de imóveis	864.983	872.627
Aluguel de salas "Espaço Maestro"	370.314	1.296.465
	<u>1.235.297</u>	<u>2.169.092</u>

Os valores futuros de aluguéis, levando em conta os contratos já assinados, são:

- 2021 - R\$ 764.836;
- 2022 - R\$ 748.812; e
- 2023 - R\$ 265.385.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

2.5. Resultado financeiro líquido

As receitas financeiras correspondem aos rendimentos sobre aplicações financeiras e são mensuradas pelo método do custo amortizado e apropriadas pro rata temporis. As despesas financeiras correspondem aos juros pagos sobre financiamentos e à correção monetária de valores que haviam sido contingenciados (rubrica "Outros") e foram liquidados em 2020. A composição do resultado financeiro líquido está assim distribuída:

	2020	2019
Receitas financeiras		
Rendimentos de aplicações financeiras	67.104	76.041
Despesas financeiras		
Juros sobre financiamento imobiliário	-	(8.676)
Juros sobre financiamento de capital de giro	-	(77.077)
Outros	(23.644)	(66.457)
	<u>(23.644)</u>	<u>(152.210)</u>
Resultado financeiro líquido	<u>43.460</u>	<u>(76.169)</u>

3. Investimentos

3.1. Propriedades para investimentos

São mensuradas pelo custo de aquisição no reconhecimento inicial e, subsequentemente, ao valor justo, para o qual a administração entende ser adequado, sendo que as variações (ganhos ou perdas) resultantes de mudanças no valor justo, são reconhecidas no resultado do período.

A movimentação ocorrida no período foi:

Saldo em 1º de janeiro de 2019	11.030.000
Mudança no valor justo dos imóveis	470.000
Saldo em 31 de dezembro de 2019	<u>11.500.000</u>
Mudança no valor justo dos imóveis	120.000
Saldo em 31 de dezembro de 2020	<u>11.620.000</u>

Destaca-se que o imóvel localizado na Rua Alvarenga, 2147 apresentou melhoria na sua avaliação na ordem de R\$ 160.000, enquanto os terrenos situados na mesma rua apresentaram perda no valor de R\$ 30.000. O ganho total no valor justo de R\$ 120.000 no exercício de 2020, inclui a perda de R\$ 10.000 apurado na avaliação das salas localizadas na Vila Leopoldina. O valor justo dos imóveis, que monta a R\$ 11.620.000 (R\$ 11.500.000 no exercício de 2019) está suportado por laudo de avaliação, elaborado, em fevereiro de 2021, pela Amaral D'Avila Engenharia de Avaliações Ltda, empresa especializada em avaliações de imóveis.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
 Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
 (Em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

3.2. Imobilizado

a. Reconhecimento e mensuração

O imobilizado está registrado ao custo de aquisição deduzido das respectivas depreciações acumuladas.

b. Custos subsequentes

O custo de um componente do imobilizado, em caso de benfeitorias e reposições, é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a FIPECAFI e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. Os custos de manutenção do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

c. Depreciação

A depreciação é reconhecida no resultado aplicando-se o método linear com base nas taxas apresentadas de cada parte de um item do imobilizado, pois esse é o método que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

Os métodos de depreciação, as taxas e os valores residuais de terrenos e imóveis, que são os bens mais relevantes, são revistos a cada encerramento de exercício contábil e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

A taxa é estimada em percentual anual, bem como os saldos e movimentações do imobilizado estão apresentadas a seguir:

Movimentação do imobilizado

	Taxa	Custo em 2019	Adições	Baixa	Custo em 2020
Terrenos		6.010.001	-	-	6.010.001
Imóveis	2,5%	14.430.253	3.500	-	14.433.753
Computadores e periféricos	20%	3.060.169	9.764	(41.886)	3.028.047
Móveis e utensílios	10%	1.439.794	5.386	-	1.445.180
Máquinas e equipamentos	10%	1.432.232	2.468	-	1.434.700
Biblioteca	10%	197.498	-	-	197.498
		<u>26.569.947</u>	<u>21.118</u>	<u>(41.886)</u>	<u>26.549.179</u>
		Saldo em 2019	Adições	Baixa	Saldo em 2020
Depreciação acumulada		(2.699.086)	(278.062)	-	(2.977.148)
Imóveis		(2.931.940)	(33.458)	15.046	(2.950.352)
Computadores e periféricos		(1.232.520)	(40.831)	-	(1.273.351)
Móveis e utensílios		(1.273.218)	(40.554)	-	(1.313.772)
Máquinas e equipamentos		(131.774)	(19.749)	-	(151.523)
Biblioteca		<u>(8.268.538)</u>	<u>(412.654)</u>	<u>15.046</u>	<u>(8.666.146)</u>
Saldo líquido		<u>18.301.409</u>	<u>(391.536)</u>	<u>(26.840)</u>	<u>17.883.033</u>

Notas explicativas às demonstrações contábeis
 Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
 (Em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

d. Redução ao valor recuperável

Os ativos do imobilizado têm o seu valor recuperável testado, no mínimo, anualmente, para verificar se há indicadores de perda de valor. No período findo em 31 de dezembro de 2020, não há evidências de não recuperabilidade desses ativos, bem como em 2019.

3.3. Intangível

Compreendem direitos de uso de softwares e é mensurado pelo custo total de aquisição deduzido das despesas de amortização que são estimadas com base na vida útil definida no prazo de 1 a 5 anos.

	Taxa média	2019	Adições	2020
		Custo		Custo
Marcas e patentes		4.914	-	4.914
Softwares	28,57%	1.601.634	91.548	1.693.182
		<u>1.606.548</u>	<u>91.548</u>	<u>1.698.096</u>
<u>Amortização acumulada</u>		2019	Adições	2020
Marcas e patentes		(1.633)	-	(1.633)
Softwares		(1.570.089)	(85.432)	(1.655.521)
		<u>(1.571.722)</u>	<u>(85.432)</u>	<u>(1.657.154)</u>
Saldo líquido		<u>34.826</u>	<u>6.116</u>	<u>40.942</u>

4. Capital de Giro

4.1. Caixa e equivalentes de caixa

Abrangem saldos de caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras de curto prazo e de alta liquidez, as quais são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
 Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
 (Em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os saldos de caixa e depósitos bancários são demonstrados pelo valor justo. As aplicações financeiras estão avaliadas pelo método do custo amortizado, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Caixa	6.600	6.600
Bancos	2.095	3.227
Banco Santander (Brasil) S.A.	50	50
Banco Itaú-Unibanco S.A.	722	2.039
CEF - Caixa Econômica Federal	934	214
Banco BRB S.A.	388	923
Banco Bradesco S.A.	1	1
Aplicações Financeiras	<u>4.540.503</u>	<u>2.902.501</u>
Banco do Brasil S.A.	4.544	72.054
Banco Itaú-Unibanco S.A.	-	2.216
Banco Santander (Brasil) S.A. - CDB	2.153.233	2.545.093
Banco Santander (Brasil) S.A.	1.098	-
Banco Bradesco S.A. - CDB	2.318.652	-
Banco Bradesco S.A.	62.976	283.138
	<u>4.549.198</u>	<u>2.912.328</u>

As aplicações financeiras da FIPECAFI obtiveram taxas nominais médias de rentabilidade de 0,16% a.m. em 2020 (0,47% a.m. em 2019).

4.2. Contas a receber

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor justo e deduzidas das perdas de crédito esperadas, as quais são constituídas em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas com valores a receber de clientes.

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Educacionais	4.707.405	4.387.157
Pesquisas e projetos	273.516	1.178.210
Direitos autorias e outros créditos	34.912	64.075
	<u>5.015.883</u>	<u>5.629.442</u>
Perdas de crédito esperadas	<u>(2.575.734)</u>	<u>(1.814.348)</u>
	<u>2.440.099</u>	<u>3.815.094</u>
	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Aging list de contas a receber		
A vencer	1.523.309	3.216.592
Vencidos de 0 a 30 dias	413.651	281.082
Vencidos de 31 a 60 dias	209.651	189.806
Vencidos de 61 a 90 dias	177.374	127.614
Vencidos de 91 a 120 dias	159.286	298.903
Vencidos de 121 a 150 dias	131.622	486.101
Vencidos há mais de 150 dias	2.400.940	1.029.344
	<u>5.015.883</u>	<u>5.629.442</u>

Notas explicativas às demonstrações contábeis
 Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
 (Em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Movimentação		
Saldo no início do exercício	1.814.348	1.428.453
Adições	2.575.734	2.196.182
Baixas	-	(381.834)
Reversões	(1.814.348)	(1.428.453)
Movimento do período	761.386	385.895
Saldo no final do exercício	<u>2.575.734</u>	<u>1.814.348</u>

A FIPECAFI constitui como perdas de crédito esperadas as mensalidades e títulos que estejam vencidos conforme critérios abaixo, levando em conta o respectivo comportamento histórico de cada programa.

Mestrado e Graduação (Presencial e EaD)	Acima de 180 dias
MBA e Especialização (Presencial e EaD)	Acima de 90 dias
EDUX (Presencial e EaD)	Acima de 60 dias
Projetos de pesquisas contratados	Avaliação por projeto

Em 2019 o critério utilizado para constituição das perdas de crédito esperadas foi o de considerar títulos vencidos com mais de 90 dias. Esta mudança de critério de 2019 para 2020 não resultou em variação significativa (inferior a 5%).

4.3. Fornecedores

Referem-se a valores devidos a terceiros relativos a materiais já fornecidos e serviços já prestados para os cursos e projetos de pesquisas contratados.

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Materiais	52.032	52.563
Serviços prestados	386.658	611.956
	<u>438.690</u>	<u>664.519</u>

4.4. Salários, férias e encargos

Os encargos sociais correspondem aos valores incidentes sobre a folha, tais como Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS, Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS e Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público sobre Folha - PIS.

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Salários	414.864	416.401
Encargos	304.475	269.536
	<u>719.339</u>	<u>685.937</u>

Notas explicativas às demonstrações contábeis
 Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
 (Em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2020	2019
Férias	790.302	751.252
Encargos	268.701	255.279
	<u>1.059.003</u>	<u>1.006.531</u>
Total	<u>1.778.342</u>	<u>1.692.468</u>

4.5. Tributos a recolher

Contempla os tributos federais (Imposto de Renda Pessoa Jurídica e Pessoa Física IRPJ e IRPF, Contribuições Sociais Retidas na Fonte - CSRF e Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS) e municipais (Imposto sobre Serviço Prestado - ISS) retidos na fonte dos prestadores de serviços e colaboradores, os quais são recolhidos no mês subsequente.

	2020	2019
Tributos federais	203.823	204.406
Tributos municipais	2.743	5.337
	<u>206.566</u>	<u>209.743</u>

4.6. Serviços prestados a pagar

Referem-se aos serviços prestados por terceiros para os cursos e projetos de pesquisas.

	2020	2019
Projetos de pesquisas	657.419	2.049.447
Pesquisas e publicações	971.991	778.228
Educacionais	194.441	560.176
Espaço Maestro	2.110	16.214
Outros	30.225	25.645
Circulante	<u>1.856.186</u>	<u>3.429.710</u>
Projetos de pesquisas	-	292.799
Não circulante	-	292.799
Total	<u>1.856.186</u>	<u>3.722.509</u>

4.7. Adiantamento de clientes

Corresponde aos valores recebidos antecipadamente de clientes para prestação futura de serviços e está composto da seguinte forma:

	2020	2019
Adiantamento de cursos	579.891	301.357
Adiantamento Espaço Maestro	43.208	-
Adiantamento de projetos	7.504	-
Outros adiantamentos	8.756	8.756
	<u>639.359</u>	<u>310.113</u>

Notas explicativas às demonstrações contábeis
 Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
 (Em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

5. Riscos ou contingências

5.1. Depósitos judiciais

Correspondem aos valores em garantia das demandas judiciais, que estão contabilizados desde a data da notificação, com base no valor depositado em juízo naquela data e, no caso da COFINS, acrescido de depósitos mensais em atendimento à decisão judicial.

	2019	Depósito	Atualização	2020
COFINS	42.737.116	1.022.839	617.961	44.377.916
ISS - 2000	2.254.967	-	-	2.254.967
INSS	1.673.610	-	23.234	1.696.844
ISS - SMS	731.037	-	31.707	762.744
ISS - Obrigações acessórias	120.049	-	6.240	126.289
Depósito recursal trabalhista	65.306	9.829	2.254	77.389
	<u>47.582.085</u>	<u>1.032.668</u>	<u>681.396</u>	<u>49.296.149</u>

Os valores depositados são atualizados pelos seguintes indexadores:

- I. COFINS e INSS: taxa Selic (Sistema Especial de Liquidação e de Custódia), conforme extratos solicitados na Caixa Econômica Federal;
- II. ISS 2000: INPC IBGE (Índice Nacional de Preços ao Consumidor do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), conforme extrato emitido pelo Banco do Brasil;
- III. ISS - Obrigações Acessórias: índice do TJ/SP (Tribunal de Justiça de São Paulo) para débitos judiciais;
- IV. ISS - SMS: IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo); e
- V. Depósito recursal trabalhista: índices do JAM (Juros e Atualização Monetária) creditados nas contas vinculadas do FGTS.

Os depósitos foram realizados em decorrência das ações descritas na Nota Explicativa 5.3.

5.2. Contas a pagar - Fiança Bancária

Corresponde à comissão devida pela contratação de garantia pecuniária (Carta de Fiança Bancária), devidamente classificada no passivo circulante, referente aos débitos inscritos junto à Prefeitura Municipal de São Paulo, detalhados na Nota Explicativa 5.3.3.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

5.3. Provisão para demandas judiciais

A FIPECAFI constitui provisões em montante considerado suficiente para cobrir as perdas potenciais com as ações judiciais em curso e que possam vir a representar uma saída de caixa ou redução de outro ativo.

Nesse contexto, existem processos de naturezas fiscais e trabalhistas em andamento e, com base em informações de seus assessores jurídicos e análise das demandas judiciais pendentes, as provisões foram registradas tendo em vista as melhores estimativas do risco envolvido.

A Administração da FIPECAFI avaliou que, para as demandas judiciais relacionadas com os processos fiscais, não ocorreram mudanças nas circunstâncias das discussões, nem tampouco existiram novas informações ou acumulação relevante de nova experiência que justificasse alteração no tratamento das referidas provisões. Para as demandas judiciais relacionadas com processos trabalhistas, contudo, foi constituída provisão, conforme detalhado na nota 5.3.4.

O quadro a seguir evidencia a conciliação entre o montante de depósitos judiciais constituído, conforme Nota Explicativa 5.1, e o valor das provisões constituídas, em 31 de dezembro de 2020.

	Depósito judicial	Provisão	Varição
INSS	1.696.844	1.696.844	-
COFINS	44.377.916	27.308.379	17.069.537
ISS - 2000	2.254.967	2.254.967	-
ISS - SMS	762.744	762.744	-
ISS - Obrigações Acessórias	126.289	126.289	-
Trabalhista	77.389	3.095.173	(3.017.784)
Total	<u>49.296.149</u>	<u>35.244.396</u>	<u>14.051.753</u>

Notas explicativas às demonstrações contábeis
 Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
 (Em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Movimentação dos processos

	2019	2020		Saldo final
	Saldo inicial	Compensação	Adição Atualização	
Tributárias				
Federais:				
INSS	1.673.610	-	23.234	1.696.844
COFINS	26.690.419	-	617.960	27.308.379
Municipais:				
ISS - 2000	2.254.967	-	-	2.254.967
ISS - SMS	731.037	-	31.707	762.744
ISS - Obrigações Acessórias	120.049	-	6.240	126.289
Trabalhistas	232.752	-	2.862.421	3.095.173
	<u>31.702.834</u>	<u>-</u>	<u>3.541.562</u>	<u>35.244.396</u>

Em 31 de dezembro de 2020, além dos valores supracitados, a Fundação é ré em processos tributários em que a probabilidade de perda, segundo os assessores jurídicos, é possível. No exercício de 2020, o montante de causas possíveis é de R\$ 11.699.459 (R\$ 10.839.504 no exercício de 2019).

5.3.1. INSS

- Ano de ingresso da ação: 1995
- Período: 01/1985 a 12/1994

Objeto da ação: Em agosto de 1995, em procedimento de fiscalização, o INSS interpretou que todos os pagamentos efetuados às pessoas físicas prestadoras de serviços nos últimos 10 (dez) anos não poderiam ter sido caracterizados como pagamento a autônomos. Como consequência desta decisão, o INSS emitiu notificação de recolhimento complementar contra a FIPECAFI, que a contesta judicialmente, tendo efetuado, originalmente, depósito judicial do valor questionado junto à CEF - Caixa Econômica Federal e contabilizado a respectiva provisão passiva.

Em setembro de 2009, a 12ª Vara Federal da Seção Judiciária do Estado de São Paulo decidiu por extinguir os supostos débitos relativos ao período de janeiro de 1985 a dezembro de 1989, ou seja, os 5 (cinco) anos iniciais da ação, permanecendo o período de janeiro de 1990 a dezembro de 1994. Portanto, a FIPECAFI ganhou a questão relativa à decadência dos 5 (cinco) primeiros anos (trânsito em julgado) e perdeu a questão referente ao reconhecimento do vínculo dos 5 (cinco) anos subsequentes.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Situação atual do processo: Em julho de 2017 foi disponibilizada decisão rejeitando os Embargos de Declaração da Fipecafi e, em janeiro de 2018, os autos foram recebidos eletronicamente no Superior Tribunal de Justiça - STJ e encontra-se aguardando decisão do Ministro.

Situação contábil: A provisão contábil integral vem sendo mantida, muito embora a parte relativa aos 5 (cinco) anos iniciais abrangidos pela ação já tenham sido declarados prescritos. O cálculo dos valores relativos a esse período para baixa de provisão requer um estudo e análise que dada a complexidade somente poderá ser determinado ao final da ação. Para o período de janeiro de 1985 a dezembro de 1989 o risco é classificado como remoto e o restante, ou seja, janeiro de 1990 a dezembro de 1994, como possível com tendência a provável, tendo em vista a recusa do STJ em reanalisar os fatos discutidos no processo, segundo os assessores jurídicos da FIPECAFI. A Administração, no entanto, decidiu por manter a provisão até que o recurso seja transitado em julgado.

5.3.2. COFINS

- Ano de ingresso da ação: 1999
- Período 1: 01/1994 a 12/1998
- Período 2: depósitos mensais desde 01/1999

Objeto da ação: Reconhecimento da imunidade relativa à COFINS

Situação atual do processo: Em 1999, a FIPECAFI ingressou com uma Ação Ordinária contra a cobrança da COFINS, tendo obtido liminar autorizando o depósito judicial compreendendo os 5 (cinco) anos anteriores abrangidos pela ação (1994 a 1998). Em 13/07/2018 a 3ª Turma do TRF reconheceu a imunidade da FIPECAFI, tornando cabível o juízo de retratação, para adequar o acórdão ao RE - Recurso Extraordinário nº 566.622 e negar provimento à apelação da União.

Em que pese o julgamento favorável à FIPECAFI, consoante para com o entendimento firmado pelo eg. Supremo Tribunal Federal - STF em sede de repercussão geral, tendo em vista que o v. acórdão ainda não transitou em julgado e os autos encontram-se atualmente com a Fazenda Nacional, os assessores jurídicos entendem ser prudente a manutenção do procedimento até agora adotado (depósito judicial mensal) até o desfecho final da ação, até para evitar questionamentos de eventual fiscalização. A Fundação vem depositando mensalmente o suposto valor da COFINS. Portanto, o depósito judicial compreende o período de 01/1994 até a presente data. Em outubro de 2020 foi proferida a decisão referente aos recursos extraordinários. Foi determinada a devolução dos autos para a Corte de origem para que adote, conforme a situação, referido tema de repercussão geral.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Situação contábil: Mesmo tendo obtido êxito em julho de 2018, conforme acima descrito, a Administração decidiu por manter a provisão constituída para o período de janeiro de 1994 a janeiro de 1999, embora o parecer dos assessores jurídicos classifique o risco como remoto por se tratar de assunto que ainda cabe recurso por parte da União e, por essa razão, o valor depositado não pode ser ainda levantado.

5.3.3. ISS

ISS - 2000:

- Ano de ingresso da ação: 2001
- Período: 01/2000 a 12/2000

Objeto da ação: Reconhecimento da imunidade relativa ao ISS.

Situação atual do processo: A FIPECAFI impetrou Mandado de Segurança contra decisão administrativa que reconheceu, apenas parcialmente, a imunidade tributária (CF, art. 150, VI, "c" e §4º) da Fundação ao ISS referente ao exercício de 2000.

Em 13/04/2018, a 2ª Turma do STF, por unanimidade, não conheceu dos embargos de declaração opostos pela Fundação em agravo regimental em agravo em recurso extraordinário, determinou o trânsito em julgado e baixa imediata dos autos à origem. Como foi depositada parcela do ISS discutido na ação, a exigibilidade do crédito tributário está suspensa, nos termos do artigo 151, II do CTN, quanto à parcela depositada.

Faz-se desnecessária a atualização dos valores envolvidos, pois o pagamento do imposto relativo a 2000 já está garantido (à exceção da parcela referente aos serviços prestados em Brasília).

Situação contábil: Provisão constituída em montante correspondente ao valor depositado em juízo, que será baixada quando for levantado o referido depósito judicial.

ISS - 2001-2002:

Ano de ingresso da ação: 2006
Período: 01/2001 a 01/2002

Objeto da ação: O ISS referente ao período de janeiro de 2001 a janeiro de 2002 foi objeto de autuação e, posteriormente, de execução fiscal (EF 0098689-79.0600.8.26.0090), a qual se encontra garantida por fiança bancária e foi impugnada por meio de embargos à execução, julgados procedentes em primeiro grau.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Situação atual do processo: A sentença de procedência dos embargos, que reconheceu a imunidade tributária da FIPECAFI, foi mantida em sede de apelação. O município interpôs recurso especial e recurso extraordinário, os quais não foram admitidos pela Presidência da Seção de Direito Público do TJSP. O Município foi intimado de tais decisões em fevereiro de 2020. Em novembro de 2020, o processo foi à conclusão para decisão do Ministro Presidente do STJ e aguarda-se o julgamento dos recursos interpostos pelo Município.

Situação contábil: Provisão contábil não reconhecida com base em parecer dos assessores jurídicos tendo classificado como possível. O imóvel sede da FIPECAFI, localizado na Rua Maestro Cardim, serve de garantia à Carta de Fiança Bancária junto ao Banco Bradesco no valor total de R\$ 9.500.000.

ISS 2009 a 2013:

Situação atual: Reconhecimento de imunidade indeferido pela Secretaria de Finanças da Prefeitura do Município de São Paulo e autuação do ISS de 2009 a 2013. A FIPECAFI apresentou impugnações ao indeferimento de sua imunidade tributária e aos autos de infração, cujas decisões de improcedência deram ensejo à interposição de recursos ao Conselho Municipal de Tributos em 30/08/2019 e 24/10/2019 (6017.2019/0048876-0 e 6017.2019/0061912-0). Aguarda-se julgamento dos recursos interpostos. A exigibilidade dos créditos tributários está suspensa (CTN, art. 151, III). Após sustentação oral, a Relatora entendeu por bem retirar os processos de pauta, em especial para analisar pontos trazidos na sustentação. Reincluídos na pauta de julgamento da sessão do dia 25/11/2020, os recursos foram novamente retirados de pauta, uma vez que a Relatora apontou que ainda permanecem dúvidas quanto aos pontos suscitados em sustentação oral, razão pela qual converteu o julgamento em diligência para solicitar esclarecimentos ao SUREM. Em 10/12/2020, a FIPECAFI foi notificada pela Prefeitura Municipal de São Paulo a apresentar ao Fisco os balanços patrimoniais, as demonstrações de resultado e os relatórios de receitas auferidas referentes aos exercícios de 2009 a 2012. A FIPECAFI encaminhou os documentos requisitados em 06/01/2021. Aguarda-se a reinclusão em pauta dos Recursos Ordinários.

Situação contábil: A Administração da FIPECAFI estima que o valor atualizado (base dezembro de 2020) totalize aproximadamente R\$ 6.212.479. Importante destacar que a base utilizada incorpora todas as receitas da FIPECAFI (exceto as financeiras) aplicando-se alíquota de 5% (cinco por cento) para os anos de 2009 a 2012 e alíquota diferenciada por natureza dos serviços em 2013. Os assessores jurídicos da FIPECAFI classificam a chance de perda como possível.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

ISS - SMS:

- Ano de ingresso da ação: 2006
- Período: 2000 a 2002

Objeto da ação: A FIPECAFI mantinha contrato de prestação de serviços em “projetos de pesquisa contratados” com a Secretaria Municipal de Saúde do Município de São Paulo que efetuou um desconto de 5% (cinco por cento) em cada pagamento a título de ISS.

Em 24/03/2005, a FIPECAFI, por meio de seus assessores jurídicos, apresentou pedido administrativo de restituição do valor descontado, fundamentado na sua imunidade tributária.

Situação atual: Os autos foram remetidos para a subdivisão de restituições e compensações da Secretaria de Finanças em 2016 e aguardam análise do Agravo Regimental interposto em 12/11/2009 e consequente decisão final administrativa.

Situação contábil: Os assessores jurídicos da FIPECAFI classificam a chance de perda como provável e, por conta disso, a Administração constituiu provisão no passivo não circulante de mesmo valor reconhecido no ativo não circulante.

ISS - Obrigações Acessórias:

- Ano de ingresso da ação: 2006
- Período: 2000 a 2002

Objeto da ação: A FIPECAFI responde à execução fiscal (EF 105662/06), tendo por objeto a exigência de multa pelo suposto descumprimento de obrigações acessórias (escrituração fiscal do Livro 53) no período de 2000 a 2002, a qual se encontra garantida por depósito judicial da quantia referente à multa.

Situação atual: O processo se encontra suspenso até o desfecho da Execução Fiscal 0098689-79.0600.8.26.0090, que discute a obrigação principal.

Situação contábil: Provisão contábil integral vem sendo mantida como base no parecer dos assessores jurídicos da FIPECAFI que classificam a chance de perda como possível.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

5.3.4. Trabalhistas

Trata-se de ações em curso na esfera trabalhista que os assessores jurídicos da FYPECAFI identificaram a chance de perda como provável. A Administração, concorda com o entendimento dos assessores jurídicos e, conseqüentemente, decidiu por complementar a provisão que passou a totalizar o montante equivalente a R\$ 3.095.173 em 2020. A provisão constituída em 2020 está assim composta:

Saldo em 31/12/2020: R\$ 3.095.173
(-) Saldo em 31/12/2019: R\$ 232.752
(-) Baixa na conta Serviços Prestados a Pagar: R\$ 306.025
(=) Provisão reconhecida em 2020: R\$ 2.556.396

5.4. Aspectos fiscais

À luz da Constituição Federal - CF e do Código Tributário Nacional - CTN, consideram-se imunes a impostos as instituições de caráter filantrópico, recreativo, educacional, cultural e científico e as associações civis que prestem os serviços para os quais houverem sido instituídas e os coloquem à disposição do grupo de pessoas a que se destinam, sem fins lucrativos.

A FYPECAFI é uma entidade sem fins lucrativos, conforme descrito na Nota explicativa 1 e, desta forma, possui imunidade. O desvirtuamento dos objetivos e das finalidades da FYPECAFI, ou o não cumprimento das obrigações estabelecidas para as Fundações sem fins lucrativos, conforme determina a Lei nº 9.532 de 10 de dezembro de 1997, pode proporcionar a perda total da imunidade da qual goza a Instituição.

5.5. Cobertura de seguros

A FYPECAFI adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes, levando em conta a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações contábeis e, conseqüentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

A cobertura de seguro contra riscos operacionais está composta da seguinte forma:

Coberturas	2020	2019
Incêndio, explosão e fumaça	20.500.000	20.500.000
Danos elétricos	250.000	250.000
Responsabilidade civil operações	1.000.000	1.000.000
Subtração de bens	200.000	200.000
Vidros	50.000	50.000
Impacto de veículos e queda de aeronaves	150.000	150.000
Total	<u>22.150.000</u>	<u>22.150.000</u>

A apólice do seguro do prédio da Rua Maestro Cardim, renovada anualmente, foi contratada junto à Sompo Seguros e a vigência do contrato compreende o período de 28 de agosto de 2020 a 28 de agosto de 2021.

Quanto aos seguros dos imóveis em Propriedade para Investimentos, conforme contrato, estão sob a responsabilidade dos respectivos locatários.

6. Instrumentos Financeiros e Patrimônio Líquido

6.1. Instrumentos financeiros

A FIIPECAFI não possuía instrumentos derivativos na data de encerramento do balanço.

Os seguintes ativos financeiros, detidos em 31 de dezembro de 2020, estão detalhados nas suas respectivas notas explicativas (NE):

- I. Caixa e equivalente de caixa (NE 4.1); e
- II. Contas a receber (NE 4.2).

6.2. Gerenciamento de riscos

A FIIPECAFI apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- I. Risco de crédito;
- II. Risco de liquidez; e
- III. Risco de mercado.

Essa nota apresenta informações sobre a exposição da FIIPECAFI a cada um dos riscos supramencionados, bem como os objetivos, as políticas e os processos adotados para sua mensuração e gerenciamento.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

6.2.1. Risco de crédito

Está relacionado com o potencial prejuízo financeiro que pode ocorrer se um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro não cumprir com suas obrigações contratuais, que pode surgir, principalmente, nos recebíveis da FIPECAFI.

A Fundação avalia regularmente o risco associado ao seu fluxo de caixa e as propostas de mitigação de risco. As estratégias de mitigação são executadas com o objetivo de reduzir os riscos de não cumprimento dos compromissos assumidos pela FIPECAFI. A Fundação possui aplicações financeiras de curto prazo, em instituições financeiras tradicionais e são consideradas de baixo risco. No caso de contas a receber, o gerenciamento é feito na renovação da matrícula, momento em que os débitos são quitados ou renegociados.

A FIPECAFI estabelece uma redução ao valor recuperável que representa sua estimativa de perdas com relação às contas a receber de clientes e outros créditos e investimentos, baseado na matriz de perdas conforme abordagem simplificada.

A Fundação considera evidência de perda de valor para recebíveis tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Todos os recebíveis individualmente significativos identificados como não tendo sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente.

Para tanto, faz-se o agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares e avalia-se quanto a qualquer perda de valor que tenha ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada.

Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva, a FIPECAFI utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração quanto às premissas e se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

A Administração da FIPECAFI não identificou justificativas para a constituição de outras perdas esperadas sobre seus ativos, exceto essa constituída sobre contas a receber.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
 Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
 (Em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

6.2.2. Risco de liquidez

Está relacionado com a possibilidade de a FIPECAFI encontrar dificuldades para cumprir com as obrigações representadas pelos passivos que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da administração é garantir a manutenção de liquidez suficiente para cumprir com as obrigações da instituição, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da entidade.

A FIPECAFI vem cumprindo pontualmente com suas obrigações de curto prazo e a Administração afirma que continuará cumprindo com despesas operacionais de curto prazo. A Fundação dispõe de linhas de crédito aprovadas (conta garantida e capital de giro) suficientes para, caso seja necessário, cumprir com essas obrigações. Ademais, o acompanhamento e o controle das entradas e saídas de caixa são feitos sistematicamente pela Administração no sentido de mitigar eventuais riscos e atender às necessidades de capital de giro.

A seguir, são evidenciados os montantes de risco relativos aos passivos não derivativos em 31 de dezembro de 2020 e 2019:

	2020			
	Valor Contábil	6 meses ou menos	6-12meses	1-2anos
Passivos não derivativos				
Fornecedores	438.690	438.690	-	-
Salários e encargos	719.339	719.339	-	-
Férias a pagar	1.059.003	447.433	611.570	-
Tributos a recolher	206.566	206.566	-	-
Contas a pagar	125.775	125.775	-	-
Serviços prestados a pagar	1.856.186	972.944	883.242	-
	<u>4.405.559</u>	<u>2.910.747</u>	<u>1.494.812</u>	<u>-</u>
	2019			
	Valor Contábil	6 meses ou menos	6-12meses	1-2anos
Passivos não derivativos				
Fornecedores	664.519	664.519	-	-
Salários e encargos	685.937	685.937	-	-
Férias a pagar	1.006.531	331.183	675.348	-
Tributos a recolher	209.743	209.743	-	-
Contas a pagar	120.642	120.642	-	-
Serviços prestados a pagar	3.722.509	2.035.074	1.394.636	292.799
	<u>6.409.881</u>	<u>4.047.098</u>	<u>2.069.984</u>	<u>292.799</u>

6.2.3. Risco de mercado

Relaciona-se com eventuais alterações nos preços de mercado, como, por exemplo, as taxas de juros sobre empréstimos e financiamentos. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a esses riscos, dentro de parâmetros aceitáveis, e otimizar o retorno.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Já o risco de taxa de juros decorrente das aplicações financeiras referenciadas ao Certificado de Depósito Interbancário - CDI, podem afetar as receitas financeiras caso ocorra um movimento desfavorável nas taxas de juros ou na inflação. A Administração entende que o risco de mudanças significativas no resultado e nos fluxos de caixa é baixo.

Na data das demonstrações contábeis, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros da FIPECAFI era:

	2020	2019
Instrumentos de taxa variável	-	-
Ativos financeiros	-	-
Caixa e equivalentes de caixa	4.549.198	2.912.328
Total	<u>4.549.198</u>	<u>2.912.328</u>

Análise de sensibilidade à variação da taxa do CDI:

A FIPECAFI mantém parcela substancial das suas disponibilidades indexadas à variação do CDI.

A expectativa de mercado, conforme dados retirados no Banco Central do Brasil, com data base em 31 de dezembro de 2020, indicava uma taxa mediana efetiva do CDI estimada em 3,74 %, cenário provável para o ano de 2021, ante a taxa efetiva de 2,75% verificada no ano de 2020.

	Exposição base 31/12/2020	Risco	Cenário Provável	Cenário I Possível -25%	Cenário II Remoto - 50%
Taxa anual estimada do CDI			3,74%	2,81%	1,87%
Disponibilidades	4.549.198	Baixa CDI	170.140	127.605	85.070
Impacto no resultado financeiro			<u>170.140</u>	<u>127.605</u>	<u>85.070</u>

Além do risco do mercado associado aos ativos financeiros, a FIPECAFI está exposta ao risco de variação no valor justo das propriedades para investimentos, conforme Nota Explicativa 3.1.

6.3. Patrimônio Líquido

Ajuste de avaliação patrimonial

Os ajustes de avaliação patrimonial foram decorrentes da aplicação do custo atribuído aos imóveis classificados como propriedade para investimentos em 2009. O valor atribuído naquela data aos imóveis que constam no balanço foi de R\$ 3.187.272 e a vida útil reavaliada para 40 anos (2,5% a.a.), o que produz uma amortização anual, é de R\$ 79.682.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

7. Empregados, Colaboradores e Relações com o EAC

7.1. Benefícios aos colaboradores

A política da FIPECAFI para a concessão de benefícios aos seus colaboradores contempla: assistência médica, plano odontológico, vale alimentação, estacionamento, vale-transporte ou ônibus fretado, programa de educação com subsídio de até 50% para cursos de línguas, graduação, pós-graduação, MBA e Mestrado em outras instituições de ensino. Além disso, os colaboradores podem realizar os cursos ministrados pela FIPECAFI com subsídio de 80%, e seus dependentes (cônjuges e filhos), com subsídio de 60%.

Não há benefícios de longo prazo ou de pós-emprego aos colaboradores.

7.2. Partes relacionadas

7.2.1. Diretoria Executiva, Conselhos Curador e Fiscal

Os trabalhos voluntários estão regulados pela Lei 9.608/98 que não gera vínculo empregatício nem obrigação de natureza trabalhista, previdenciária ou afim, enquanto os cargos de diretoria executiva, conselhos curador e fiscal são exercidos por mandatos.

Por definição estatutária, a FIPECAFI não remunera, a qualquer título, Conselheiros Curadores, Conselheiros Fiscais e Diretores pelos serviços prestados em suas funções.

No exercício de 2020 os valores destes trabalhos foram mensurados pelo valor justo e somaram R\$ 531.323 (R\$ 593.510 no exercício de 2019).

7.2.2. Departamento de Contabilidade e Atuária da FEA/USP (EAC)

Cumprindo sua missão, a FIPECAFI aportou recursos operacionais, financeiros e tecnológicos no Departamento de Contabilidade e Atuária (EAC) da FEA/USP, visando a manutenção da excelência no desenvolvimento de suas atividades de graduação e pós-graduação, bem como a publicação da Revista Contabilidade e Finanças e a realização do USP International Conference in Accounting e do Congresso USP de Iniciação Científica em Contabilidade. A composição dos valores destinados ao EAC no exercício de 2020 está descrita a seguir:

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	EAC	Revista Contabilidade e Finanças	Internacionalização	Total
Apoio administrativo	550.923	146.252	-	697.175
Apoio às coordenações	276.560	60.000	30.000	366.560
Bolsas e auxílios	135.000	-	31.257	166.257
Materials Gerais	8.280	-	-	8.280
	204.458	36.795	-	241.253
	<u>1.175.221</u>	<u>243.047</u>	<u>61.257</u>	<u>1.479.525</u>

7.2.3. Verba de Internacionalização

A FIPECAFI também apoiou o Projeto de Internacionalização do Departamento de Contabilidade e Atuária da FEA/USP, em consonância com a política geral da Universidade de São Paulo.

Tal apoio consiste no aporte de recursos financeiros fixados e destinados pelo Conselho Curador, em reunião realizada em 16 de agosto de 2005, com vistas às seguintes atividades básicas:

- Intercâmbio de professores com universidades do exterior;
- Participação de professores em eventos internacionais com apresentação de trabalhos;
- Obtenção do grau de doutoramento e de pós-doutoramento no exterior para docentes;
- Participação em projetos com parceiros internacionais;
- Publicações em revistas internacionais; e
- Demais atividades necessárias à internacionalização do Departamento de Contabilidade e Atuária.

Os projetos a serem desenvolvidos em cada período são determinados pela Administração da FIPECAFI em conjunto com o Departamento de Contabilidade e Atuária de acordo com os orçamentos de gastos previstos para os projetos.

7.3. Outros assuntos

A Administração da FIPECAFI vem acompanhando os desdobramentos relacionados ao COVID-19 por meio de comitê constituído para esse fim (Comitê de Gestão de Gastos - CGG), observando com atenção as orientações das autoridades brasileiras. A Fundação vem adotando medidas com o propósito de preservar a saúde de seus colaboradores, fornecedores e parceiros, assim como a saúde financeira da instituição.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

É importante ressaltar que o tempo de duração da situação de reclusão da população em suas casas, além do alcance e intensidade com que o vírus poderá se espalhar nas diferentes regiões do país, fazem com que, nesse momento, a FIPECAFI não tenha uma estimativa dos impactos do COVID-19 sobre seus resultados em períodos subsequentes.

A Fipecafi, durante o ano de 2020, realizou estudos detalhados com o propósito de identificar os impactos advindos da mudança do regime de trabalho de seus colaboradores e de seus alunos para a modalidade home office e online, respectivamente. Como fruto desse estudo, a Fundação apurou redução em alguns itens de despesa que, em razão da não utilização plena do seu imóvel sede, geraram uma economia de aproximadamente R\$ 293.232, valor esse que foi convertido em bônus aos alunos regulares, ou seja, foi considerado um decréscimo nas parcelas dos alunos regulares.

Algumas unidades de negócios tiveram sua performance afetada pela pandemia, especialmente os cursos de educação executiva presencial (Edux) e o aluguel de salas de aula ociosas (Espaço Maestro). A Diretoria estima que houve redução na margem de contribuição (receita direta deduzidas de suas despesas diretas) da ordem de R\$ 2.375.000 (R\$ 1.853.000 Edux Presencial e R\$ 522.000 Espaço Maestro).

A Diretoria reforça que a Fundação possui solidez financeira e patrimonial, dispondo de recursos disponíveis para atravessar esse período de crise; há, também, linhas de crédito pré-aprovadas junto ao Banco Bradesco S.A. e junto ao Banco Santander (Brasil) S.A.

8. Demonstrações complementares

8.1. Demonstração do valor adicionado

A FIPECAFI elaborou a demonstração do valor adicionado (DVA), nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, a qual é apresentada como parte integrante das demonstrações contábeis.

8.2. Moeda de capacidade aquisitiva constante

O balanço patrimonial, as demonstrações de resultado, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e as DVA (informações suplementares) em moeda de capacidade aquisitiva constante, apresentadas nesta nota explicativa, foram elaboradas de acordo com a metodologia de correção integral estabelecida pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários, na Instrução nº 191/92, aplicadas sobre as demonstrações contábeis básicas que estão preparadas de acordo com as práticas contábeis descritas abaixo:

Notas explicativas às demonstrações contábeis
 Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
 (Em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

- i. Índice de atualização - A atualização monetária do imobilizado, patrimônio social, contas de resultado e apuração de ganhos e perdas dos itens monetários foi efetuada com base na variação do Índice de Preço ao Consumidor - IPCA - IBGE, que foi de 4,52 % em 2020 e 3,1% em 2019.
- ii. Informações suplementares de 2019 - Os saldos das contas das informações suplementares de 2019, para fins de comparação, foram atualizados à moeda de capacidade aquisitiva constante de 31 de dezembro de 2020.
- iii. Contas patrimoniais - Os ativos e passivos monetários das informações suplementares em 31 de dezembro de 2020 são idênticos aos das demonstrações apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP). O ativo imobilizado e o patrimônio social foram corrigidos monetariamente com base na variação do IPCA-IBGE até 31 de dezembro de 2020, como vem sendo feito desde o ano de 2017, uma vez que até o ano de 2016 utilizou-se o índice IPC-FIPE.
- iv. Contas de resultado - Todas as contas foram atualizadas com base na variação do IPCA-IBGE, a partir do mês de contabilização das transações. Foram ajustadas pelos ganhos e perdas gerados em consequência do efeito da inflação sobre os ativos e passivos monetários. Tais ganhos e perdas foram alocados às contas de resultados a que se vinculam.

a. Balanço patrimonial

Ativo	Em moeda de capacidade aquisitiva constante	
	2020	2019
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	4.549.198	3.043.813
Contas a receber	2.440.099	3.987.338
Adiantamentos diversos	296.857	281.365
Outros créditos	101.499	794
Estoques	114.645	115.583
	<u>7.502.298</u>	<u>7.428.893</u>
Não circulante		
Investimentos	65.366	65.366
Depósitos judiciais	49.296.149	49.730.306
Propriedades para investimento	11.620.000	12.019.198
Imobilizado	34.744.570	35.532.122
Intangível	47.687	42.758
	<u>95.773.772</u>	<u>97.389.750</u>
Total do ativo	<u><u>103.276.070</u></u>	<u><u>104.818.643</u></u>

FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PESQUISAS CONTÁBEIS, ATUARIAIS E FINANCEIRAS -
 FIPECAFI

Notas explicativas às demonstrações contábeis
 Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
 (Em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Passivo	2020	2019
Circulante		
Fornecedores	438.690	694.520
Salários e encargos	719.339	716.905
Férias a pagar	1.059.003	1.051.974
Tributos a recolher	206.566	219.212
Contas a pagar	125.775	126.089
Serviços prestados a pagar	1.856.186	3.584.554
Adiantamentos de clientes	639.359	324.114
Provisão para demandas judiciais	630.231	-
	<u>5.675.149</u>	<u>6.717.368</u>
Não circulante		
Serviços prestados a pagar	-	306.018
Provisão para demandas judiciais	34.614.165	33.134.143
	<u>34.614.165</u>	<u>33.440.161</u>
Patrimônio líquido		
Patrimônio social	55.073.041	55.073.041
Ajustes de avaliação patrimonial	2.337.737	2.467.907
Superávit acumulado	5.575.978	7.120.166
	<u>62.986.756</u>	<u>64.661.114</u>
Total do passivo e patrimônio líquido	<u><u>103.276.070</u></u>	<u><u>104.818.643</u></u>

b. Demonstração do resultado

	Em moeda de capacidade aquisitiva constante	
	2020	2019
Receita operacional líquida	32.728.016	36.546.998
Custos dos serviços prestados	(24.646.287)	(25.902.665)
	<u>8.081.729</u>	<u>10.644.333</u>
Receitas/(Despesas) operacionais		
Despesas gerais e administrativas	(8.816.889)	(8.788.253)
Receitas de aluguéis	1.276.542	2.313.833
Ganho na variação de propriedades para investimento	120.805	494.028
Outras receitas/(despesas) operacionais	193.710	220.110
	<u>(7.225.832)</u>	<u>(5.760.282)</u>
Superávit antes das operações não recorrentes	855.897	4.884.051
Despesa com provisões para riscos tributários/fiscais/trabalhistas	(2.573.536)	(244.651)
	<u>(2.573.536)</u>	<u>(244.651)</u>
Déficit/Superávit antes do resultado financeiro	(1.717.639)	4.639.400
Receitas financeiras	67.661	(1.838)
Despesas financeiras	(24.380)	(61.141)
Resultado financeiro líquido	<u>43.281</u>	<u>(62.979)</u>
Déficit/Superávit do exercício	<u><u>(1.674.358)</u></u>	<u><u>4.576.421</u></u>

Notas explicativas às demonstrações contábeis
 Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
 (Em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

c. Demonstração das mutações do patrimônio líquido

	Em moeda de capacidade aquisitiva constante			
	Patrimônio social	Ajuste de Avaliação patrimonial	Superávits acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2018	55.073.041	2.598.077	2.413.575	60.084.693
Superávit do exercício	-	-	4.576.421	4.576.421
Ajuste de variação patrimonial	-	(130.170)	130.170	-
Saldos em 31 de dezembro de 2019	55.073.041	2.467.907	7.120.166	64.661.114
Déficit do exercício	-	-	(1.674.358)	(1.674.358)
Ajuste de variação patrimonial	-	(130.170)	130.170	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020	<u>55.073.041</u>	<u>2.337.737</u>	<u>5.575.978</u>	<u>62.986.756</u>

d. Demonstração dos fluxos de caixa

	Em moeda de capacidade aquisitiva constante	
	2020	2019
Déficit/Superávit do exercício	(1.674.358)	4.576.421
Itens que não afetam o caixa operacional		
Depreciação e amortização	520.573	569.066
Baixa do item do imobilizado	28.052	2.254
Despesa com provisões para riscos tributários/fiscais	2.573.536	244.651
Perdas de crédito esperadas	795.761	(420.688)
Ganho/(perda) na variação de propriedades para investimento	(120.805)	(494.028)
Superávit do exercício ajustado	<u>2.122.759</u>	<u>4.477.676</u>
Aumento/(Diminuição) das contas de ativo e passivo		
Contas a receber	751.478	600.834
Adiantamentos diversos	(15.492)	(93.757)
Depósitos judiciais	434.157	(418.815)
Fornecedores	(255.830)	(562.506)
Salários e encargos	2.434	72.980
Férias a pagar	7.029	165.892
Serviços prestados a pagar	(2.034.386)	(2.086.379)
Adiantamentos de clientes	315.245	93.729
Provisão para demandas judiciais	408.471	(168.681)
Outros	(112.727)	67.601
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	<u>1.623.138</u>	<u>2.148.574</u>
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Venda do imobilizado	-	5.123.754
Aquisições de imobilizados	(22.072)	(606.009)
Aquisição de ativo intangível	(95.681)	(81.737)
Caixa líquido gerado/consumido nas atividades de investimentos	<u>(117.753)</u>	<u>4.436.008</u>
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Captações e pagamentos dos financiamentos imobiliários	-	(4.137.810)
Captações e pagamentos dos financiamentos de curto prazo	-	(681.351)

FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PESQUISAS CONTÁBEIS, ATUARIAIS E FINANCEIRAS -
 FIPECAFI

Notas explicativas às demonstrações contábeis
 Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
 (Em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Em moeda de capacidade aquisitiva constante	
	2020	2019
Caixa líquido (consumido) nas atividades de financiamentos	-	(4.819.161)
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	1.505.385	1.765.421
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	3.043.813	1.278.392
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	4.549.198	3.043.813
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	1.505.385	1.765.421

e. Demonstração do valor adicionado

	Em moeda de capacidade aquisitiva constante	
	2020	2019
Receitas		
Receitas de serviços	32.728.016	36.546.998
Ganho (perda) na variação de propriedades para investimento	120.805	494.028
Baixa do item do imobilizado	28.052	2.254
Perdas de crédito esperadas - Reversão/(Constituição)	(795.761)	(420.688)
Receitas/despesas diversas	193.710	220.110
	32.274.822	36.842.702
Insumos adquiridos de terceiros		
Despesas dos serviços prestados	(13.548.262)	(14.422.569)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(4.886.104)	(6.135.892)
	(18.434.366)	(20.558.461)
Valor adicionado bruto	13.840.456	16.284.241
Depreciação e amortização	(520.573)	(569.066)
Valor adicionado líquido gerado pela Fundação	13.319.883	15.715.175
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	67.661	(1.838)
Receitas de aluguéis	1.276.542	2.313.833
	1.344.203	2.311.995
Valor adicionado total a distribuir	14.664.086	18.027.170
Empregados		
Remuneração direta	11.429.489	8.697.416
Benefícios	1.800.346	1.704.337
FGTS	808.697	767.304
	14.038.532	11.169.057
Tributos		
Impostos, taxas e contribuições	2.275.532	2.220.551
Remuneração de capitais de terceiros		
Juros	24.380	61.141
Remuneração de capitais próprios		
Déficit/Superávit do exercício	(1.674.358)	4.576.421
Distribuição do valor adicionado	14.664.086	18.027.170

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Composição do Conselho Curador

Reinaldo Guerreiro
Presidente

Demais Membros:

Natos:

Ariovaldo dos Santos
Edgard Bruno Cornacchione Jr.

Eliseu Martins

Fábio Frezatti

Gerlando Augusto Sampaio Franco de Lima

Sérgio de Iudícibus

Eleitos:

Bruno Meirelles Salotti

Carlos Alberto Pereira

Jerônimo Antunes

João Carlos Castilho Garcia

João Vinícius de França Carvalho

Luiz Nelson Guedes de Carvalho

Mara Jane Contrera Malacrida

Marco Tullio de Castro Vasconcelos

Valmor Slomski

Composição da Diretoria Executiva

Wellington Rocha
Diretor Presidente

Márcio Luiz Borinelli
Diretor Administrativo-Financeiro

Fernando Dal Ri Murcia
Diretor de Pesquisas

João Domiraci Paccez
Diretor de Cursos

Composição do Conselho Fiscal

Titulares:

Ernesto Rubens Gelbcke

Guillermo Oscar Braunbeck

José Roberto Kassai

Suplentes:

Diogo Toledo do Nascimento

Gustavo Gonçalves Vettori

Joshua Onome Imoniama

Mariângela Matias
Contadora CRC 1SP238572/O - 3